

# Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST

*Jean-Yves Martin\** &

*Bernardo Mançano Fernandes\*\**

## *Resumo:*

Será que a dita dita "globalização", tema central do discurso ideológico ultraliberal, anuncia o fim da geografia? Por meio das reflexões apresentadas neste artigo e a partir da análise do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscamos mostrar que a geografia dispõe de um conjunto de conhecimentos que objetiva fazê-la uma ciência social do espaço em multiescalas, da conflitualidade territorial, da emergência de novas identidades socioespaciais, da pesquisa participante dos geógrafos e de seu comprometimento com a realidade. Desse modo, defendemos que a geografia possa ser capaz de esclarecer e de acompanhar a emergência em curso de uma nova realidade.

## **Introdução**

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2003 destacou novamente que um "outro mundo é possível". O encontro de militantes e cientistas de diversas partes do mundo revelou a diversidade dos movimentos socioespaciais e dos movimentos socioterritoriais e suas ações em todo o mundo. Esse evento nos possibilita entender melhor a falsa afirmação ultraliberal: "não há alternativas fora do capitalismo". Desse modo, buscamos compreender como as ações desses movimentos são um contraponto aos mitos criados pelos discursos da globalização neoliberal e a todos os becos criados pelo discurso da "pós-modernidade". E nesta busca refletimos a respeito da participação da Geografia, como ciência social crítica.

Procuraremos situar geograficamente a emergência dos movimentos socioterritoriais, considerando a produção geográfica recente e retornando de modo breve ao pensamento pioneiro de filósofos franceses, utilizando como referência os trabalhos: "A Produção do Espaço" de Lefebvre e "Outros Espaços" de Foucault. Apresentamos algumas considerações de nossa análise geográfica do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), como movimento socioterritorial. Será, ao mesmo tempo, uma reflexão e uma contribuição ao debate lançado e desenvolvido por Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2002) e Martin (1997, 2000, 2001). Nessa reflexão, procuramos pensar nosso mundo, que não é unicamente o da globalização neoliberal, porque é mais amplo. E esta amplitude deve-se também às ações dos movimentos socioterritoriais.

---

\* Doutor em geografia, professor da Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III).

\*\*Geógrafo, professor e pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq.

### **Breve retorno ao pensamento filosófico espacial francês.**

Modos de pensar o espaço foram criados na França, particularmente nos escritos de Lefebvre e de seus colegas, mas também, embora menos visivelmente, nos trabalhos de Foucault. Contudo, segundo Soja, por quase 20 anos, esses “modos” ficaram inexplorados e substancialmente mal entendidos mesmo para os estudiosos das obras de Lefebvre e Foucault (Soja, 1996).

Lefebvre compreendia que a sua “crítica da vida cotidiana” foi a mais importante contribuição à teoria social marxista. Ele insistiu na importância, nos fundamentos e na essência do pensamento materialista dialético. Todavia, é inegável, igualmente, que a sua contribuição maior, nas disciplinas intelectuais, foi sua investigação da construção social e das convenções do espaço.

O autor compreendeu o espacial como dimensão atravessando todas as disciplinas, que pode ser usada como um exemplo ideal para ilustrar o seu desejo do fim da especialização tecnocrática da pesquisa acadêmica e da organização das políticas governamentais. Ele estendeu, assim, progressivamente, o seu conceito inicial da vida cotidiana, primeiro na vida rural do campesinato, depois na extensão dos subúrbios e, finalmente, para discutir a geografia das relações sociais. (Shields, 1999: 141).

A tese central da obra máxima de Henri Lefebvre “A Produção do Espaço” é que o modo de produção organiza, ao mesmo tempo, as relações sociais e os seus espaços. Assim, o espaço não pode ser confundido com os objetos, as coisas e os produtos, Ele as envolve e é por elas constituído. Efeito de ações passadas, o espaço possibilita ações, sugere ou impede outras. O modo de produção de uma sociedade apropria-se, produz seu o espaço, remodelando-o. A organização de espaços centralizados e concentrados serve ao poder político e à produção material. (Lefebvre, 1974: 88-9).

Ora, as classes sociais se realizam nesse espaço. A violência subversiva responde à violência do poder. A luta das classes intervém na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os sujeitos. A luta de classes, hoje mais do que nunca, pode ser lida no espaço. As formas dessa luta são muito mais diversificadas do que no passado. Fazem parte delas, com certeza, as ações políticas das minorias. Às formas de resistência jamais existirá última palavra. Derrotadas, renascem no estreito fio da contestação e da liberdade. Elas lutam, às vezes ferozmente, para afirmarem-se e transformarem-se através de uma prova. Lefebvre chega à conclusão de que tudo o que provém do tempo histórico é submetido, hoje, a uma “prova do espaço”.

As culturas, as consciências dos povos, dos grupos e mesmo dos indivíduos, não escapam à perda da identidade, que vem se juntar aos outros terrores. Referências e referenciais vindos do passado, dissolvem-se. Os valores, erigidos nos sistemas mais ou menos coerentes, desagregam-se, confrontando-se. Ora, ninguém pode evitar a prova do espaço. Mais e melhor: um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, dissolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas.

O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte. (Lefebvre, 1974: 478-9).

De acordo com Lefebvre, 1974, o espaço não é somente o teatro ou o receptáculo, nem a cena indiferente ou o simples cenário, nem o quadro das ações. Ele é cada vez mais ativo, é o lugar dos recursos, o meio onde são desenvolvidas as estratégias, como instrumento, objetivo, meio e fim. É assim que ele se torna trunfo principal das lutas e das ações ao suscitar sempre a contestação. Assim, conforme Soja, 1993, através de toda a sua obra, Lefebvre:

define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes, inserindo as relações de classe nas contradições configuradoras do espaço socialmente organizado. Ele não afirma que a problemática espacial sempre tenha tido essa centralidade. Tampouco apresenta a luta pelo espaço como um substituto ou uma alternativa da luta de classes. Em vez disso, afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial. Exatamente da mesma maneira que outras “abstrações concretas” (como a forma mercadoria) foram analisadas na tradição marxista, para mostrar como contém em seu bojo, mistificadas e fetichizadas, as verdadeiras relações sociais do capitalismo, também devemos agora abordar a análise do espaço. A desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical está voltado para a apropriação do controle da produção do espaço. (Soja, 1993: 116).

Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Esse propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional, o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim, o mundial não pode abolir o local.

Há dois momentos na pesquisa de Lefebvre sobre o espaço. O primeiro trata do que ele denominou de urbano, e o segundo do espaço social, o qual ele foi o primeiro a nomear como planetário ou global. Foi o primeiro a falar da necessidade de uma escala planetária de análise. (Shields, 1999: 144-5). O seu projeto é orientado na direção do futuro, oferecendo a possibilidade de gerar uma nova espacialização, uma constante leitura do movimento do mundo – um mundo mais equitativo – para além das contradições contemporâneas e das relações de globalização (Shields, 1999: 183). As idéias de Henri Lefebvre iluminaram diversas gerações de esquerda e deixaram as suas marcas não somente na França ou mesmo na Europa, nem somente na academia ou nos partidos, intelectuais e militantes, mas imprimiram as suas marcas nas comunidades, nos bairros, nos movimentos, por meio de debates e ações que contribuíram para a produção e transformação dos espaços e territórios.

Como Lefebvre dizia, “não há saber sem crítica do saber e sem saber crítico”. Assim, seu pensamento ainda contribui hoje para a emergência de uma teoria crítica do espaço. Esta teoria crítica, levada até a contestação ou mesmo até a contestação radical, quer substituir a ideologia dominante da “globalização” de

um mundo neoliberal, por um pensamento crítico que possa produzir conhecimento a partir da oposição da espacialização das possibilidades.

Nessa lógica de resistência e na perspectiva de superação, outro filósofo francês tem contribuído nesse sentido. Numa conferência proferida em 1967, Michel Foucault descreve da seguinte forma o novo mundo em formação – aquele da globalização nascente – e a angústia que ele já engendrava: “nós vivemos na época da simultaneidade, na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Em todos os casos, acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver, fundamentalmente, com o espaço, muito mais do que com o tempo”. (Foucault, 1988). Ele fez, ainda, esta observação: “Como sabemos, a história é a obsessão do século dezenove. A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço”. Em outras palavras, os séculos XIX e XX foram, sobretudo, marcados pela História. O século XXI poderá ser o marcado pela Geografia em construção.

Nesta perspectiva, ainda há muito que fazer para desvendar a constante “natureza do espaço”. Uma primeira dificuldade, para Foucault, é a sacralização do espaço.

Apesar em toda a técnica desenvolvida na apropriação do espaço, apesar de uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado. A nossa vida ainda é determinada por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis; dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dados desde início: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. Todas estas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado. (Foucault, 1988: 16).

Para avançar em direção a desmistificação do espaço sagrado, as “representações do espaço” devem marcar a emergência de outro mundo. Foucault sublinha toda a importância de analisar os “outros espaços”, quer dizer os espaços que se encadeiam uns nos outros, mas que, por outro lado, contradizem todos os outros. Estes são de dois tipos, que ele chama de “heterotopias”, e “utopias”. As utopias são, literalmente, sítios sem lugar real, que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. As heterotopias são espaços reais, onde se desenvolvem, embrionariamente, parcialmente, as utopias em todas as suas contradições. São diversos os movimentos socioterritoriais que procuram realizar esses outros espaços. Foucault evoca as heterotopias da crise, e nesse sentido, destacamos a heterotopias da resistência ou das lutas populares, da territorialização dos movimentos populares.

Ainda, no sentido de conceber a importância de aprender o valor das idéias que nos levam à espacialidade das possibilidades, Harvey, 2000, destaca a importância geográfica do pensamento espacial de Foucault:

Foucault nos oferece e nos nutre de idéias a respeito de espaços de *outraneidade* (*otherness*), ou seja, da alteridade, onde as alternativas podem ser exploradas não como meros produtos da imaginação, mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as experiências podem tomar formas e, a partir destes espaços, que uma crítica de

normas e de processos existentes pode mais eficazmente ser elaborada. (Harvey, 2000: 184).

Harvey considera também que o conceito de heterotopia tem a virtude de insistir num melhor entendimento da heterogeneidade do espaço em suas dimensões e possibilidades (Harvey, 2000: 185). De fato, Foucault não explora toda a diversidade possível dos “outros espaços”. Apesar disso, ele é explícito ao tratar dos conflitos e triunfos de poder e que os espaços portam esse antagonismo.

Nesse sentido, a geografia das confrontações locais de poder foi, em parte, problematizada por Foucault na temática de uma verdadeira “*microfísica do poder*”. Perguntado por geógrafos, em 1976 – numa entrevista publicada no primeiro número da revista de geografia crítica Hérodote - após uma certa irritação inicial, ele reconheceu: “a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês” (Foucault, 1979:165).

Este tipo de abordagem nos parece importante na análise geográfica das lutas dos movimentos socioterritoriais.

### **O MST: um movimento socioterritorial.**

Iniciamos esta parte refletindo a respeito do debate recentemente lançado por Fernandes, 2000, tomando a territorialização do MST como exemplo para sua reflexão sobre “movimento social como categoria geográfica”. Reflexão continuada em Martin, 2001, que também compreende o MST como movimento socioterritorial, mais do que socioespacial. Desenvolvendo essa discussão, nos parece que alguns pontos do debate devem ser reconsiderados aqui, no sentido de esclarecer, através do caso do MST, não somente as distinções entre espaço e território, mas também, entre os processos de espacialização e de territorialização, assim como entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

É fundamental fazer nitidamente a distinção entre o espaço e o território. É muito mais do que uma simples questão de terminologia. Assim, após Raffestin, 1993, que já fez considerações a respeito da anterioridade do espaço, Oliveira argumenta que:

Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso, insistimos, temos que aprofundar as diferenças que nos move perante essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho e, portanto, uma produção humana, logo, espaço de luta de classes ou frações de classes sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir. (Oliveira *apud* Fernandes, 1996:12-13).

A distinção espaço/território torna-se muito mais necessária ainda, no contexto atual da globalização, com a emergência de movimentos populares de contestação, como, entre outros, o MST no Brasil:

O capital mundializou-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se, de forma privada, do mundo. O território capitalista, confiscado historicamente no processo de sua construção, agora é contestado. As lutas dos Sem Terra são marcas visíveis dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade e se tornando cidadãos. (Oliveira *apud* Fernandes, 1996:13).

Vejam os problemas do campesinato no espaço rural brasileiro, como exemplo. O campesinato é um grupo social – parte da classe trabalhadora – que historicamente tem resistido à desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque a sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado. Essa distinção é importante, porque no caso do assalariado não existe um território de resistência, mas somente um espaço político de resistência – expressa pelas reivindicações salariais. No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência. Na luta pela terra, na ocupação do território do latifúndio, o acampamento é um espaço de resistência. A diferença entre território e espaço para a leitura da resistência é fundamental, porque o capital em sua reprodução ampliada (que é também um processo tanto de espacialização quanto de territorialização) domina ou tenta dominar todos os espaços e todos os territórios. Ao mesmo tempo em que a resistência e o enfrentamento são formas de apropriação de espaços e territórios.

Mesmo na condição da subalternidade, o campesinato tem resistido e enfrentado o processo de territorialização do capital. Conforme Oliveira (1999:107), “a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1999:74). Complementarmente, Fernandes (2000) analisa um outro lado desse processo, que é a territorialização da luta pela terra.

O território é o resultado do processo de apropriação permanente do espaço geográfico através de práticas territoriais individuais, de classes sociais e ou institucionais. Esse processo pode ser materializado e/ou ideologizado permanentemente por meio de trocas materiais e da produção ideológica, podendo ir até o sonho, o mito, a utopia (Martin, 2000: 79-82). É precisamente dessa multiplicidade das práticas territoriais que provém a multidimensionalidade do território. A apropriação do espaço geográfico como território, segue um processo histórico cíclico de T-D-R (Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização).

Decerto que o capital subordina a tudo e a todos, quem resiste e quem não resiste, os que ficam e os que partem, porque o capital vai alcançá-los. Sem entender a produção do espaço capitalista em suas T-D-R, não compreendemos esse processo. Este pode ser um exemplo que esse processo histórico não escapa à prova do espaço, como afirmou Lefebvre. Mas nesse entretanto são construídas as heterotopias, quando o processo de territorialização do capital é interrompido por sua própria lógica de reprodução contraditória ou por um conjunto de ações de enfrentamento, na apropriação de frações do território capitalista, transformando-o

em território camponês. Conforme já afirmou Raffestin (1993:59), o território é um trunfo no movimento contínuo de enfretamento e resistência ao capital, ao seu processo de territorialização.

É fundamental lembrar, para fugir dos “becos sem saída” da pós-modernidade, que quando falamos de território, estamos falando de conflito. Porque território é poder e dominação, é autonomia e subordinação, é liberdade e prisão. É, portanto, luta e resistência. Por essas razões, o território carrega em si o contraditório e, portanto, a possibilidade de superação e de subordinação; de apropriação e de expropriação. E na sociedade capitalista, a territorialização do capital também acontece desterritorializando o campesinato ao mesmo tempo em que o campesinato se reterritorializa desterritorializando o capital.

Para melhor compreender esses processos é preciso discutir os conceitos de espacialização e de territorialização. Do mesmo modo que o território não é a mesma coisa que o espaço, há também que distinguir, cuidadosamente, os processos de espacialização e territorialização. Espacialização é o processo do movimento concreto da ação e sua reprodução no espaço e no território. É expansão, multidimensionamento e reprodução contínua do espaço político. Territorialização é o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território.

Dessas ações provém a eficácia reconhecida do MST, enquanto movimento socioterritorial, de conseguir realizar a combinação destes dois processos – espacialização e territorialização – diferentes é certo, mas que se revelam, de fato, complementares e indissociáveis. “Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (Fernandes, 2001:69).

No processo de espacialização, os acampamentos são resultados das ocupações. São espaços heterotópicos, de concretude política, da perspectiva e da esperança da transformação das realidades. E para mudar a realidade é preciso transformar o espaço em território. Desde esse ponto de vista, é preciso levar cuidadosamente em consideração todos “os grupos expropriados cujos acampamentos, circunstanciais, fazem parte de sua estratégia de resistência, como é o caso dos acampamentos, às vezes altamente organizados, dos sem-terra e dos sem-teto” (Haesbaert, 1995:191). Nos casos das ocupações, há, claramente, um questionamento imposto ao espaço. Estas são possibilidades para introduzir, tanto em escala local, como estadual e nacional, uma novidade radical que põe em questão a organização estabelecida do espaço. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. Nesse sentido, a ocupação da terra e sua espacialização levam a transformação do espaço em território, com a conquista da terra.

É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em questão o tabu sócio-histórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso

fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores. (Fernandes, 2001: 72-73).

A ocupação, como prática socioespacial e territorial radical, caracteriza fortemente o processo de formação do MST. Também os acampamentos, as marchas ou caminhadas são formas de luta que têm sido utilizadas por diferentes organizações políticas. Assim entendidas, compreende-se melhor porque o poder neoliberal busca, desde a segunda metade dos anos 1990, criar muitos obstáculos a fim de enfrentar mais eficazmente esse movimento popular considerado insuportável: judicialização, militarização, repressão, prisão e elaboração de políticas voltadas para o mercado, como por exemplo, o Banco da Terra.

Com essa estratégia, o governo Fernando Henrique Cardoso tentou dominar a lógica do conflito, porque por meio do Banco da Terra é o mercado que passa a ser a condição de acesso à terra e não mais as ações dos sem-terra.

### **Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais**

Em primeiro lugar é necessário informar que as denominações movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm um significado lógico. Ao cunharmos esses conceitos, nossa principal preocupação é a possibilidade de realizarmos uma leitura geográfica dos movimentos sociais. O conceito sociológico de movimento social tem como conteúdo e significado o estudo da organização e das relações desenvolvidas pelos movimentos. Não há a preocupação com a leitura geográfica ou com os processos geográficos constituídos pelas ações dos movimentos sociais.

Ao analisarmos as ações de movimentos sociais a partir de suas práticas socioespaciais e socioterritoriais, estamos realizando uma leitura diferenciada daquela feita pelos sociólogos. Não estamos preocupados somente com a compreensão das formas e das relações, mas principalmente com a compreensão dos espaços produzidos e dos territórios conquistados.

Nesse sentido, existindo uma prática socioespacial ou socioterritorial dos movimentos sociais existe também uma forma de leitura e denominação dessas práticas. Evidente que todos os movimentos sociais produzem espaços, que sejam sociais, políticos e, culturais. Por essa razão, esses movimentos também podem ser chamados de movimentos socioespaciais.

Enquanto os sociólogos estão preocupados em estudar o desenvolvimento das ações para compreender a transformação da forma do movimento, observado qual a forma institucional que este vai assumir, ou se vai ser extinto, quando atingir os seus objetivos e reivindicações, nós estamos preocupados em compreender os tipos de espaços e de territórios produzidos e conquistados pelos movimentos. São, portanto, métodos de análise diferenciados.

Geógrafos e sociólogos se preocupam com os movimentos sociais de diferentes maneiras. Ambos querem compreender as ações e os seus resultados na transformação da realidade em questão. Mas, procuram ver de pontos diferenciados. Os sociólogos têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma parte da realidade que são as dimensões sociopolíticas e culturais. Os geógrafos também têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma outra parte da realidade que são as dimensões socioespaciais e socioterritoriais. Quando um geógrafo estuda os movimentos sociais como conceito sociológico, pode estar utilizando –o como metáfora. Afinal, como afirmou Santos (1996:70): “conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas em outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não de dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Igualmente é importante esclarecer que os sociólogos trabalham com o espaço social e político. Todavia, a leitura sociológica do espaço é diferente da leitura geográfica do espaço. O espaço pode ser lido como relação social, como produto ou como objeto e até como metáfora. Para o geógrafo, o espaço é processo, é movimento, é materialização ou como prefere Santos (1996) “é indissociavelmente sistema de ações e sistema de objetos”. E mais, é no processo de produção do espaço geográfico que o território é formado e conquistado, apropriado e expropriado, porque o território contém o espaço e neste está contido.

Também é importante esclarecer que não estamos querendo “disputar espaços” com os sociólogos, porque a questão não é apenas de denominação, mas de método e conceitual. Ao se utilizar um método sociológico, coerentemente usa-se o conceito de movimento social. Aos se utilizar um método geográfico é coerente que empreguemos os conceitos de movimento socioespacial ou de movimento socioterritorial.

Nessa reflexão, também é importante fazer a distinção entre movimento sindical e movimento social. São instituições distintas. Os movimentos sociais autênticos não são instituições jurídicas, normativas controladas pelo Estado, pois são criados como instituição alternativa, é uma possibilidade de mudança das estruturas oficiais. Mas um movimento sindical pode ser um movimento socioespacial, como por exemplo, os sindicatos de professores ou de metalúrgicos. Da mesma forma, um movimento sindical pode ser um movimento socioterritorial, como por exemplo, os sindicatos de trabalhadores rurais ou sindicatos de agricultores familiares.

O conceito de movimento socioespacial contém diferentes dimensões do espaço geográfico: social, política, econômica, cultural e ambiental. Nesse sentido, os movimentos socioespaciais têm esses espaços como trunfo. É para a compreensão da produção desses espaços que utilizamos o conceito. São exemplos, os movimentos contra a carestia, os movimentos sindicais, os movimentos pela preservação do meio ambiente, pela preservação de áreas tombadas como patrimônio público, entre outros.

Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo. Da mesma forma que a existência dos movimentos socioespaciais está diretamente relacionada com determinados espaços, a existência dos movimentos

socioterritoriais está absolutamente vinculada ao território. Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais podem ser isolados, espacializados ou territorializados. Os significados desses tipos de movimentos têm como referência o espaço geográfico e a organização social. Os movimentos isolados em espaços ou em territórios determinados, não se espacializam e não se territorializam. Os movimentos espacializados e os movimentos territorializados organizam-se e atuam em diferentes espaços e territórios ao mesmo tempo. (Fernandes, 2001: 64).

Não se trata aqui do problema do planejamento oficial do espaço – mesmo dito, às vezes, notadamente na França, “do território” – mas é, de preferência, questão das práticas emergentes dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, até agora sempre deixadas à parte do problema. É na e para uma tal territorialização deliberada que o espaço torna-se verdadeiramente um trunfo, não mais entregue às elites dominantes apenas, mas acessível às camadas populares, através, notadamente, dos movimentos urbanos ou rurais.

Eles reorganizam porções do espaço geográfico com o desenvolvimento de práticas socioterritoriais e socioespaciais alternativas, como, por exemplo, quando uma fração de latifúndio é transformada em assentamento, mediante a pressão de uma ocupação de sem-terra, ou quando os sem-teto ocupam uma parcela vazia num bairro urbano ou ocupam um conjunto de casas.

Um movimento socioterritorial, como é o MST, longe de encerrar-se nas estruturais herdadas e impostas do espaço produzido pela sociedade capitalista, na sua etapa da globalização, desenvolve práticas alternativas que põem em questão a estruturação espacial. As chaves do relativo êxito de um tal movimento – comparativamente ao fracasso da maioria dos movimentos sociais urbanos – são as seguintes: As ocupações permitem de desestabilizar o tabu sócio-histórico brasileiro do latifúndio. Compreende-se bem todos os esforços do poder neoliberal para pôr fim às ocupações dos sem-terra. Portanto, elas não são somente uma resposta local a uma determinação global, mas também os firmes pontos de apoio para uma interatividade multiescalas do movimento, do local até o internacional, como no seio da Via Campesina, movimento camponês transnacional, por exemplo. Enfim, ultrapassando a estigmatização anti-rural, o movimento é também portador, sobretudo através de suas lutas, da afirmação de uma identidade camponesa enfim reconhecida.

### **Considerações finais**

As ações dos movimentos socioespaciais e dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento contra a perversidade da globalização podem ser vistas cotidianamente por meio das diversas formas de mídias.

Nessas considerações finais, queremos lembrar da Via Campesina – nosso atual objeto de estudo, como importante exemplo do pensamento que estamos desenvolvendo. Durante as três versões do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, nos anos 2001, 2002 e 2003, foi notável a participação da Via Campesina nas plenárias e nos diversos debates temáticos do evento.

A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação de diversas organizações camponesas da América Latina e do Norte, da Europa, da Ásia e da África. Em seus documentos, a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (Via Campesina, s.n.t.). No Brasil, estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. Na França, estão vinculados à Via Campesina: a Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles e a Confédération Paysanne.

A partir da articulação da Via Campesina, esses movimentos socioterritoriais conquistaram uma representação mundial. A constituição dessa articulação tem possibilitado aos movimentos camponeses a organização de ações conjuntas em escala mundial, bem como a troca de experiências no que se refere aos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária e no enfrentamento com políticas impostas por instituições nacionais e supranacionais, como por exemplo o processo de mercantilização da reforma agrária, denominado Banco da Terra, implantado pelo Banco Mundial em convênio com governos das Filipinas, África do Sul, Brasil, Colômbia, Guatemala e Chile.

Como contribuição, para compreender essa nova realidade em curso, esperamos que as reflexões aqui apresentadas sirvam de referência para um debate com os estudiosos do tema, em especial para os geógrafos preocupados com essa questão. É um trabalho hercúleo superar a idéia de globalização como fábula, pois essa realidade é perversa e por essa razão é preciso pensar outra globalização, como defende Santos (2000).

Acreditamos que o conteúdo deste artigo seja objeto de discussão para que possamos pensar os movimentos socioterritoriais como sujeitos desafiadores dessa ordem e protagonistas de uma transformação porvir.

#### Bibliografia

- FERNANDES, B. M. (1996) *MST, formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2000). "Movimento social como categoria geográfica". *Terra Livre*, nº15.
- \_\_\_\_\_. (2001) *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1976) "Questions à Michel Foucault". *Hérodote*, nº 1.
- \_\_\_\_\_. (1988). "Des espaces autres". in: *Dits et écrits*. Gallimard: Paris.
- HARVEY, D. (2000). *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- HAESBAERT, R. (1995). "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In: CASTRO, I. Elias de; GOMES, P. C. r da Costa; CORRÊA, R. Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LEFEBVRE, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- \_\_\_\_\_. (1986). *Le retour de la dialectique*. Paris: Ed. Messidor.

- MARTIN, J-Y. (1997). "A geograficidade dos movimentos socioespaciais". *Caderno Prudentino de Geografia* n° 19/20.
- \_\_\_\_\_. (2000). Identités et territorialités dans le Nordeste brésilien, le cas du Rio Grande do Norte. Villeneuve d'Ascq: Ed. Septentrion.
- \_\_\_\_\_. (2001). Les Sans-Terre du Brésil, géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris: l'Harmattan
- OLIVEIRA, A. U. (1999). "A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". In CARLOS, A. F. A. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- SANTOS, M. (1984). Pour une géographie nouvelle, de la critique de la géographie à une géographie critique. Paris: Publisud.
- \_\_\_\_\_. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- SHIELDS, R. (1999) *Lefebvre, Love and Struggle, Spatial dialectics*. London-New York: Routledge.
- SOJA, E. W. (1993). Geografias Pós-Modernas, a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Thirdspace, Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Malden-Oxford: Blackwell.